



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Concurso Público – Edital nº 03/2013

Prova Objetiva e Discursiva– 15/09/2013



111 – Auditor de Controle Interno

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 40 questões objetivas e 1 questão discursiva.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A questão discursiva deverá ser resolvida no caderno de provas e transcrita na folha de versão definitiva, que será distribuída pelo aplicador de prova no momento oportuno.
6. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
7. Ao receber o cartão-resposta e a folha de versão definitiva, examine-os e verifique se o nome impresso neles corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
8. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
9. A resposta da questão discursiva deve ser transcrita **NA ÍNTEGRA** para a folha de versão definitiva, com caneta preta.
Será considerada para correção apenas a resposta que conste na folha de versão definitiva.
10. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
11. São vedados o porte e/ou o uso de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas, relógios com calculadoras, relógios digitais, telefones celulares, *tablets*, microcomputados portáteis ou similares, devendo ser desligados e colocados **OBRIGATORIAMENTE** no saco plástico. São vedados também o porte e /ou uso de armas, óculos ou de quaisquer acessórios de chapelaria tais como: boné, chapéu, gorro ou protetores auriculares. Caso essas exigências sejam descumpridas, o candidato será excluído do concurso.
12. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta e para a folha de versão definitiva.
13. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, o cartão-resposta, a folha de versão definitiva e a ficha de identificação.
14. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Conhecimentos
Gerais

Conhecimentos
Específicos

Discursiva

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

X

RESPOSTAS							
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

CONHECIMENTOS GERAIS - LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir é referência para as questões 01 e 02.

Uma nova forma de monopólio

Um monopólio não é determinado pela essencialidade do produto monopolizado, mas pela ausência de alternativa viável.

A Microsoft, por exemplo, foi multada pela Comissão Europeia em meio bilhão de euros em 2004 por formação de monopólio não porque seus produtos eram essenciais, mas porque dominavam o mercado.

Tradicionalmente, monopólios surgem por imposição legal, restrição de acesso a matéria-prima, propriedade intelectual, ou processo de fabricação.

O Facebook não é essencial, mas é um novo modelo monopolístico, criado pelo somatório de nossas escolhas individuais.

Se a maior parte da comunicação social *on-line* de massa ocorre por meio de sua plataforma, não há opção exceto utilizá-la. Como um buraco negro, criada a massa crítica, torna-se impossível escapar.

Possíveis alternativas, como Google+, não são verdadeiras alternativas. Uma plataforma de comunicação só é útil se os interlocutores podem ser atingidos por ela. Daí o Facebook ter assumido condição análoga à de um monopólio. E daí surgirem problemas inerentes.

Primeiro, regras de economia de mercado não funcionam em monopólios. Não há como o usuário deixá-lo sem sofrer consequências simplesmente porque não há alternativas viáveis. O usuário não tem poder de barganha: ou aceita as regras ou cai no ostracismo social *on-line*.

Ademais, o usuário não é o cliente. O cliente são as empresas de marketing. Usuário e suas informações pessoais são o "produto" que o Facebook oferece aos anunciantes. É na capacidade de vender informação do usuário que reside o valor de mercado da empresa, o que gera conflito de interesses.

Terceiro, o grupo de jovens que controla a empresa é também legislador e juiz de padrões morais impostos ao usuário. Em 2011, a empresa excluiu imagens da pintura "Origem do Mundo", de Gustave Courbet, porque mostrava uma vagina. Neste ano, excluiu fotos do Jamurikumalu no Alto Xingu porque havia índias nuas. E nos últimos dias, excluiu fotos de manifestantes nus. (...)

Por fim, suas decisões não passam por um processo transparente. O usuário não tem chance de explicar-se, defender-se ou recorrer. Nem sequer sabe como ou por quem a decisão é tomada. Tampouco sabe que está sendo julgado. É apenas informado de sua condenação. (...)

Não fosse um monopólio, o usuário se socorreria na competição. Mas, sendo-o, cabe ao legislador controlar e limitar a conduta da empresa em relação a seus usuários.

(Gustavo Romano. *Folha de S. Paulo*, 1 de ago. 2013, Opinião.)

01 - De acordo com o autor, para que um monopólio surja:

- a) dependerá da essencialidade do produto oferecido ao consumidor aliada à ausência de alternativas viáveis no mercado.
- b) não dependerá da essencialidade do produto oferecido ao consumidor, mas é preciso que haja alternativas viáveis no mercado.
- c) é preciso que haja alternativas viáveis no mercado aliadas à essencialidade do produto oferecido ao consumidor.
- d) é determinante que não haja alternativas viáveis no mercado e que o produto oferecido ao consumidor seja essencial para o consumidor.
- ▶ e) é determinado mais pela ausência de alternativas viáveis no mercado do que pela essencialidade que o produto possa oferecer ao consumidor.

02 - O autor do texto constata que a maior parte da comunicação social *on-line* ocorre por meio da plataforma do Facebook. A partir desse fato, é correto afirmar, segundo o texto:

- ▶ a) Não havendo outras mídias que atinjam os interlocutores com o mesmo impacto que a plataforma do Facebook, o autor não vê alternativa ao usuário a não ser utilizar-se dessa mídia.
- b) Outras mídias como o Google+ tentaram conter o impacto com que os interlocutores são atingidos pelo Facebook; mas pela capacidade que a plataforma tem de transformar as informações pessoais do usuário em produtos, não há como vencer tal monopólio.
- c) O grupo que controla a empresa da plataforma Facebook espelha a necessidade de grande parte dos usuários da rede social e, assim, acaba por legislar e julgar padrões morais aos usuários.
- d) Pela ausência de transparência com que são tomadas algumas decisões do grupo que controla a empresa Facebook, cabe aos usuários a total responsabilidade e segurança em defender-se, explicar-se e recorrer diante de infrações cometidas pelo grupo.
- e) O usuário acabará atingindo a condição de cliente, pois as informações pessoais disseminadas na plataforma servem às empresas de marketing como diagnóstico das necessidades de consumo vigentes na sociedade como um todo.

03 - "Na administração pública, trata-se de uma forma de correspondência entre autoridades, de um mesmo órgão ou setor, que serve para protocolar comunicação interna sobre assuntos de rotina". Essa definição corresponde a:

- a) ordem de serviço.
- ▶ b) memorando.
- c) procuração.
- d) ofício.
- e) requerimento.

04 - Considere o texto a seguir:

Presente no Brasil há 161 anos, desde o reinado de Dom Pedro II, o serviço estatal de telegramas encontrou na tecnologia uma aliada para resistir ao tempo. A transmissão via internet, que teve início em 2001, impulsionou o tráfego de mensagens no País, dando sobrevida a esse braço dos Correios. (...) A atual transmissão eletrônica é chamada de híbrida: os dados são captados pela Web e depois a mensagem é impressa e envelopada por máquinas na agência mais próxima do destinatário, sem a intermediação humana.

(O Estado de S. Paulo, 26 jul. 2013.)

A palavra em destaque indica que a transmissão de telegramas atualmente:

- ▶ a) faz uso tanto de meios eletrônicos quanto mecânicos.
- b) depende da intermediação humana em todas as fases.
- c) usa uma combinação de meios eletrônicos.
- d) ocorre integralmente por transmissão mecânica.
- e) combina a ação manual com a eletrônica.

05 - “Embora ele tenha que se ausentar nos próximos dias, apresentará uma justificativa plausível”. Assinale a alternativa em que a reformulação dessa frase NÃO alterou o sentido original.

- ▶ a) Apesar de ele ter que se ausentar nos próximos dias, apresentará uma justificativa plausível.
- b) Somente se ele se ausentar nos próximos dias é que apresentará uma justificativa plausível.
- c) Ele terá que se ausentar nos próximos dias, caso consiga apresentar uma justificativa plausível.
- d) Se ele tiver que se ausentar nos próximos dias, apresentará uma justificativa plausível.
- e) Desde que ele tenha que se ausentar nos próximos dias, apresentará uma justificativa plausível.

CONHECIMENTOS GERAIS - DIREITO CONSTITUCIONAL**06 - A Constituição da República de 1988 inovou ao acrescentar o Município entre os entes federativos. Sobre o Município, é correto afirmar:**

- a) O Município não detém autonomia financeira e política, embora possua competências normativas expressamente definidas na Constituição da República de 1988.
- b) Existindo conflito de competências comuns entre União e Município, prevalecerá a decisão da União; não existindo decisão da União, a competência do Município será plena.
- c) A Constituição da República de 1988 conferiu autonomia ao Município, embora não exista Poder Judiciário municipal; concedeu, contudo, autonomia para que o Município institua Tribunal de Contas, com a finalidade de apreciar as contas do Prefeito Municipal.
- ▶ d) Ao Município compete legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar à legislação federal e à estadual no que couber.
- e) Na hipótese de fusão entre dois Municípios, a Constituição da República de 1988 exige leis municipais de cada Município envolvido, dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito, à respectiva população.

07 - Identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas sobre o regime constitucional dos servidores públicos:

- () A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, não se aplicando a vedação aos empregos nas empresas públicas e sociedades de economia mista, em razão do regime jurídico de direito privado.
- () O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício do mandato de Prefeito Municipal, poderá acumular a remuneração que percebe como servidor público com a de Prefeito Municipal, respeitando os limites constitucionais à remuneração dos servidores públicos.
- () À exceção da promoção por merecimento, em qualquer das hipóteses em que se exija o afastamento de servidor público da administração direta, autárquica e fundacional para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.
- () As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – F – V.
- ▶ b) F – F – V – V.
- c) V – V – V – F.
- d) V – V – F – V.
- e) F – V – V – F.

08 - A Constituição da República de 1988 destacou um extenso rol de direitos fundamentais e direitos sociais. Sobre os direitos fundamentais e direitos sociais, é INCORRETO afirmar:

- ▶ a) A Constituição da República de 1988 concedeu proteção aos chamados “direitos fundamentais negativos” ou “de primeira geração”; os “direitos fundamentais positivos”, chamados “de segunda geração”, sobre os quais a mesma Constituições ficou-se silente, foram protegidos por interpretação do texto constitucional pelo Poder Judiciário.
- b) É garantido o direito de propriedade, e a propriedade atenderá a sua função social.
- c) Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos da Constituição da República de 1988.
- d) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição da República de 1988.
- e) São gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

09 - É atual a controvérsia acerca da distribuição dos chamados “royalties” do petróleo da “camada pré-sal” que se localiza em território nacional. O petróleo, localizado em território nacional, é bem:

- a) dos Estados-membros, se localizado em seus territórios.
- ▶ b) da União.
- c) dos Municípios, se localizado em seus territórios.
- d) da União, dos Estados-membros e dos Municípios, que o exploram simultânea e solidariamente.
- e) da União e Estados-membros, sendo os recursos repartidos conforme as regras do Fundo de Participação dos Estados.

10 - Sobre as finanças públicas na Constituição da República de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Ministério da Fazenda.
- b) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas em bancos oficiais.
- ▶ c) O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- d) O banco central poderá, nos termos da lei, conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade.
- e) O banco central poderá, nos termos da lei, guardar as disponibilidades de caixa dos Estados e Municípios.

CONHECIMENTOS GERAIS – DIREITO ADMINISTRATIVO

11 - Sobre a Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei ou por decreto, e integram a administração direta.
- b) Autarquias resultam da desconcentração do poder estatal, podendo, a critério do administrador público, albergar natureza jurídica de direito público ou de direito privado.
- ▶ c) Descentralização administrativa ocorre com a criação de entes da Administração indireta dotados de personalidade jurídica.
- d) Descentralização e desconcentração são sinônimos, conforme a doutrina tradicional de Direito Administrativo.
- e) Autarquias são órgãos da Administração Pública, criadas por lei, e têm como função exercer atividades próprias da administração direta.

12 - No exercício da função administrativa, e sob o princípio da legalidade, praticam-se atos administrativos. Sobre o assunto, considere as seguintes afirmativas:

1. A presunção de legitimidade do ato administrativo é *juris tantum*.
2. A revisão do ato administrativo pelo Poder Judiciário somente poderá ocorrer com o esgotamento da esfera processual administrativa.
3. A autoexecutoriedade é atributo do ato administrativo, obedecendo ao princípio da legalidade e da proporcionalidade.
4. Motivo é um dos aspectos do ato administrativo; a exposição do motivo é inexigível se o ato administrativo decorrer de norma jurídica expressa.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

13 - Sobre a validade dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) A Administração tem dever de anular seus próprios atos quando eivados de vícios de legalidade; na hipótese de o ato violar direito fundamental, o direito da Administração de anulá-lo prescreve em vinte e cinco anos.
- b) Ato que apresente defeito insanável pode ser convalidado após apreciação pelo Poder Judiciário ou pelo Tribunal de Contas.
- c) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e deve revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- ▶ d) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência do direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
- e) A apreciação judicial da validade dos atos administrativos, quanto à legalidade ou ao mérito, é admitida pela doutrina e pela jurisprudência.

14 - Acerca da fiscalização do Município, assinale a alternativa correta.

- a) O controle externo do Município é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado ou do Município ou pelos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- b) Inversamente ao que ocorre em outros entes federativos, as contas do Prefeito Municipal são julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado ou do Município ou pelos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- c) A Constituição da República de 1988 definiu que as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade mediante a propositura, por meio de advogado, de ação civil pública.
- ▶ d) O Município deve manter sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, somando-se ao controle externo.
- e) Na forma da Constituição da República de 1988, o Município é competente para instituir sistema de controle externo, mediante criação de Tribunal de Contas Municipal.

15 - Identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas sobre as finanças públicas municipais:

- () O Plano Plurianual é dispensável em Municípios com até 100 mil habitantes.
- () A Lei de Diretrizes Orçamentárias é dispensável em Municípios com até 100 mil habitantes.
- () Todos os Municípios devem elaborar, anualmente, a Lei Orçamentária Anual.
- () Em Municípios, o Poder Legislativo, se previsto na Lei Orgânica Municipal, pode iniciar o processo legislativo orçamentário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – F – V.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – V – V.
- d) V – F – V – F.
- ▶ e) F – F – V – F.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16 - Segundo os princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Princípio da legalidade. 2. Princípio da moralidade. 3. Princípio da impessoalidade. 4. Princípio da publicidade. 5. Princípio da eficiência. | <ul style="list-style-type: none"> () O administrador não pode contratar quem quiser, mas somente quem passar em concurso público, respeitando a ordem de classificação. () Ato lesivo ao patrimônio público ou entidade de que o estado participe. () O administrador não pode fazer o que bem entender na busca do interesse público, tendo de agir segundo a lei. () A administração deve buscar um aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos. () A administração tem o dever de manter plena transparência de todos os seus comportamentos. |
|--|--|

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 1 – 2 – 3 – 5 – 4.
- ▶ b) 3 – 2 – 1 – 5 – 4.
- c) 1 – 3 – 4 – 2 – 5.
- d) 4 – 3 – 1 – 2 – 5.
- e) 3 – 1 – 4 – 5 – 2.

17 - Considere os seguintes Poderes Administrativos:

- 1- **A Administração dispõe de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato, estabelecendo o motivo e escolhendo (dentro dos limites legais) seu conteúdo.**
- 2- **A Administração Pública dispõe de poder para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.**

As definições acima correspondem, respectivamente, aos poderes:

- a) hierárquico e disciplinar.
- b) disciplinar e regulamentar.
- ▶ c) discricionário e de polícia.
- d) discricionário e regulamentar.
- e) regulamentar e de polícia.

18 - Segundo a Lei 8.666/93, que estabelece normas sobre as licitações públicas, considere as seguintes afirmativas:

1. **Subordinam-se ao regime dessa Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.**
2. **Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens produzidos no país por empresas de pequeno porte.**
3. **Os produtos manufaturados e serviços nacionais poderão ter preferência em processos de desempate, desde que atendam às normas técnicas brasileiras.**
4. **Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens produzidos ou prestados no país por empresas brasileiras de capital nacional.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

19 - Segundo a Lei 8.666/93, que estabelece normas sobre as licitações públicas, é correto afirmar que as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

1. **houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.**
2. **existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.**
3. **houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.**
4. **o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.**

Estão corretas as condições contidas nos itens:

- a) 1 e 4 apenas.
- b) 2 e 3 apenas.
- c) 1, 3 e 4 apenas.
- d) 1, 2 e 3 apenas.
- ▶ e) 1, 2, 3 e 4.

20 - Segundo o que estabelece a Lei 8.666/93, em seu art. 3º, considere as afirmativas a seguir sobre o que deve ser observado na fase preparatória do pregão:

1. **A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.**
2. **A definição do objeto deverá ser precisa e clara, para limitar a competição.**
3. **Dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I desse artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.**
4. **A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

21 - Considere as seguintes características, verificando quais se aplicam ao contrato administrativo:

1. Exigência de licitação logo após o contrato ser firmado com a administração.
2. Presença da administração como poder público.
3. Todas as suas cláusulas são fixadas unilateralmente pela administração.
4. Reverte-se sempre como consensual e em regra oneroso e cumulativo.

São características do contrato administrativo:

- a) 1 e 2 apenas.
- b) 3 e 4 apenas.
- ▶ c) 2, 3 e 4 apenas.
- d) 2 e 4 apenas.
- e) 1, 2, 3 e 4.

22 - Identifique como verdadeiros (V) ou falsos (F) os seguintes procedimentos que normalmente são realizados no processamento e julgamento de licitações na modalidade de pregão presencial:

- () Abertura da sessão pelo pregoeiro, no dia, horário e local estabelecidos, sempre em ato secreto.
- () Classificação da proposta escrita de menor preço e daquelas apresentadas com valores superiores em até 10% (dez por cento) em relação ao menor preço.
- () O licitante que não quiser dar lances verbais, quando convocado pelo pregoeiro, será excluído da respectiva etapa e terá mantido, para efeito de ordenação das propostas, o seu último preço apresentado.
- () Classificação da proposta escrita de menor preço e daquelas apresentadas com valores superiores em até 20% (vinte por cento) em relação ao menor preço.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – V – F.
- b) V – F – F – V.
- c) V – V – F – F.
- d) F – F – V – V.
- ▶ e) F – V – V – F.

23 - Com relação à alteração do valor de um contrato administrativo, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

1. Reajustamento. () Deriva da ocorrência de eventos extraordinários que oneram os encargos do contrato.
2. Recomposição. () Ocorre em virtude de alterações nos custos do contrato, proporcionadas, em maior grau, por acordos, convenções e dissídios coletivos de trabalho.
3. Repactuação. () Pode ser invocado(a) no decorrer do contrato, devido ao seu caráter extraordinário e por conseguinte imprevisível.
() É a necessidade de alteração dos valores pactuados, pela previsível perda de valor, devido à variação da taxa inflacionária da moeda em um determinado período.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta na coluna da direita, de cima para baixo.

- ▶ a) 2 – 3 – 2 – 1.
- b) 1 – 2 – 1 – 3.
- c) 3 – 1 – 3 – 2.
- d) 2 – 3 – 1 – 2.
- e) 3 – 2 – 2 – 1.

24 - Segundo a lei 8.429/1992, assinale a alternativa que constitui um dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.

- a) Negar publicidade aos atos oficiais.
- ▶ b) Dispensar processo licitatório indevidamente ou frustrar sua licitude.
- c) Frustrar a licitude de concurso público.
- d) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- e) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

25 - Segundo a lei 8.429/92, considere as seguintes ações:

1. Utilizar em obra ou serviço público bens de propriedade ou a serviço de entidades públicas.
2. Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
3. Obter enriquecimento lícito.
4. Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

Constitui(em) ato(s) de improbidade administrativa praticado(s) por agente público:

- a) 1 apenas.
- b) 2 e 3 apenas.
- c) 1, 2 e 4 apenas.
- ▶ d) 2 e 4 apenas.
- e) 1, 2, 3 e 4.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

26 - O princípio da competência, estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), permite o reconhecimento da receita nas situações a seguir, EXCETO:

- a) na geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
- ▶ b) no surgimento de um ativo sem o correspondente passivo.
- c) na diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
- d) com a extinção parcial ou total de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
- e) no recebimento da venda de um ativo.

27 - Relacione as despesas da coluna da direita com sua correta classificação na coluna da esquerda, segundo as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos.

- | | |
|--|---|
| 1. Despesas correntes – de custeio. | () Serviços em regime de programação especial. |
| 2. Despesas correntes – transferências correntes. | () Juro da dívida pública. |
| 3. Despesa de capital – investimento. | () Amortização da dívida pública. |
| 4. Despesas de capital – inversões financeiras. | () Aquisição de imóveis. |
| 5. Despesas de capital – transferência de capital. | () Serviços de terceiros. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 2 – 4 – 1 – 3 – 5.
- b) 3 – 4 – 5 – 1 – 2.
- c) 1 – 2 – 4 – 3 – 5.
- ▶ d) 3 – 2 – 5 – 4 – 1.
- e) 2 – 3 – 5 – 4 – 1.

28 - Com relação ao processo orçamentário brasileiro, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () As diretrizes de um plano plurianual consistem na discriminação dos resultados que se pretende alcançar com a execução das ações governamentais que permitirão a superação das dificuldades diagnosticadas.
- () É papel da Lei de Diretrizes Orçamentárias alocar recursos suficientes para a realização total das metas e objetivos contemplados nos programas do Plano Plurianual.
- () O controle da execução orçamentária e financeira da União, Estados e Municípios será exercido pelos poderes legislativo e executivo, mediante controle externo e interno, respectivamente.
- () Quando uma despesa é empenhada em um exercício e somente foi paga no seguinte, ela deve ser contabilizada como pertencente ao exercício em que foi empenhada, sendo considerado como extraordinário o seu pagamento no exercício seguinte.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – F – V.
- b) F – V – F – V.
- ▶ c) V – F – V – V.
- d) F – V – V – F.
- e) V – V – V – F.

29 - Considerando as normas de finanças públicas, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

- | | |
|---|---|
| 1. Dívida pública consolidada ou fundada. | () Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da federação ou entidade a ele vinculada. |
| 2. Dívida pública mobiliária. | () Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária. |
| 3. Operação de crédito. | () Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses. |
| 4. Concessão de garantia. | () Representado(a) por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios. |
| 5. Refinanciamento da dívida mobiliária. | () Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão de aceite de títulos, recebimento antecipado de valores e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 3 – 2 – 4 – 1 – 5.
- b) 4 – 5 – 1 – 3 – 2.
- c) 5 – 4 – 1 – 3 – 2.
- d) 1 – 4 – 5 – 2 – 3.
- ▶ e) 4 – 5 – 1 – 2 – 3.

30 - As receitas públicas com ingressos de disponibilidades de recursos que não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes e, por isso, alteram a situação líquida patrimonial são classificadas como:

- a) receitas ordinárias.
- b) receitas correntes.
- ▶ c) receitas efetivas.
- d) receitas obrigatórias.
- e) receitas voluntárias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

31 - De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, o controle externo da Administração Pública Federal é exercido pelo(s):

- a) Senado Federal.
- b) Senado Federal em conjunto com a Câmara dos Deputados.
- c) Sistemas de controle interno de cada Poder.
- ▶ d) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- e) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do sistema de controle interno de cada Poder.

32 - Numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

- | | | |
|-----------------------------------|-----|--|
| 1. Auditoria contábil-financeira. | () | Garante que os recursos públicos estão produzindo benefícios para a sociedade, quanto à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade. |
| 2. Auditoria operacional. | () | Garante que os atos e contratos atendem aos princípios da legalidade e da legitimidade. |
| 3. Auditoria governamental. | () | Avalia as demonstrações contábeis, os registros e os documentos que os suportam e garante que a contabilidade reflita a realidade. |
| 4. Auditoria do desempenho. | () | Avalia o desempenho e a eficácia das operações, possibilitando a apresentação de sugestões para melhorar a gestão dos recursos, e identifica aspectos de ineficiência, desperdícios, desvios e abusos. |
| 5. Auditoria de legalidade. | () | Verifica os resultados dos respectivos programas, sob os critérios de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, tendo em vista sua eficiência e eficácia. |

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- ▶ a) 4 – 5 – 1 – 2 – 3.
- b) 3 – 1 – 5 – 2 – 4.
- c) 5 – 1 – 2 – 4 – 3.
- d) 4 – 5 – 1 – 3 – 2.
- e) 5 – 3 – 1 – 4 – 2.

33 - Os princípios de ética profissional do auditor estão implícitos no Código de Ética Profissional do Contabilista e na NBC TA 200, cujos princípios estão em linha com o Código de Ética do IFAC. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses princípios.

- a) Integridade.
- b) Sigilo profissional.
- ▶ c) Formalidade.
- d) Independência.
- e) Competência profissional.

34 - A Constituição Federal, ao tratar da matéria referente ao controle interno, estabeleceu que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma competência conferida ao controle interno.

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- ▶ c) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- d) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- e) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

35 - Achado na execução de auditoria significa fatos e outras informações pertinentes obtidas, incluindo casos ou situações reais. A evidência completa de um achado exige identificar:

- ▶ a) condição, critério, causa e efeito.
- b) condição, efeitos e princípios.
- c) causas, efeitos e resultado.
- d) condição, causas e justificativa.
- e) causa, justificativa e resultado.

36 - O exercício do controle exige a adoção de métodos, técnicas e procedimentos. Sobre o tema, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () O auditor é responsável pela revisão e controle de qualidade da auditoria que efetua, devendo avaliar os julgamentos e as conclusões do relatório.
- () Evidência de auditoria obtida diretamente de fontes independentes fornece maior segurança e confiabilidade.
- () Índícios de riscos mais elevados que o normal exigem a obtenção de evidências em quantidade e qualidade superiores às requeridas em condições normais.
- () Denomina-se *indagação escrita* ou *oral* a técnica de auditoria por meio da qual a verificação é realizada junto a fontes externas ao auditado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – V – V.
- b) F – V – V – F.
- c) V – F – F – V.
- ▶ d) F – V – F – V.
- e) V – V – F – F.

37 - Tendo como referência as Normas de Auditoria Governamental, considere as seguintes afirmativas:

1. O conteúdo da documentação de auditoria divide-se em pastas correntes e permanentes, sendo o plano de contas documento de natureza permanente.
2. O conteúdo da documentação corrente das auditorias realizadas abrange, em geral, o corrido apenas no exercício analisado.
3. Os documentos coletados por ocasião da auditoria são registros que podem ser utilizados como provas em processos administrativos e judiciais.
4. O ciclo de trabalhos de uma auditoria governamental é finalizado com a produção do relatório de auditoria.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- ▶ c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

38 - Dependendo do objetivo e do momento em que são aplicados, os controles internos podem ser classificados como de natureza preventiva, detectiva ou corretiva. Considere os controles apresentados a seguir:

1. Limites e alçadas.
2. Autorizações.
3. Segregação de funções.
4. Revisões de desempenho.
5. Conciliações.

São exemplos de controles preventivos:

- ▶ a) 1, 2 e 3 apenas.
- b) 2, 3 e 4 apenas.
- c) 1, 3, 4 e 5 apenas.
- d) 1, 2 e 5 apenas.
- e) 3, 4 e 5 apenas.

39 - O controle dos atos administrativos, segundo o momento do seu exercício, pode ser realizado:

- a) de ofício ou provocado.
- b) de âmbito legal ou administrativo.
- c) de âmbito interno ou externo.
- ▶ d) de forma prévia, concomitante ou posterior.
- e) a partir do mérito.

